



DE ONDE VEM O MEDO DE FALAR DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE BOA VISTA – RORAIMA?

Douglas Verbicaro Soares¹

Alessandra Lima Medeiros²

Resumo: Esta investigação abrangerá os estudos de gênero na perspectiva da proibição de seu ensino nas escolas do estado a partir de um contexto marcado por ações políticas e retóricas antigênero. Nos últimos anos, a sociedade brasileira se encontra em um cenário político-discursivo com grupos conservadores e reacionários submetendo o uso do sintagma “ideologia de gênero” para fins políticos e morais contra a população. Essa contraofensiva possui origem no seio da Igreja Católica, servindo de enredo para outras religiões, organizações não governamentais e programas educacionais com a intenção de barrar o avanço dos direitos humanos com relação aos direitos sexuais. De 2017 até ao presente, Roraima apresentou esforços legislativos e ações políticas com a intenção de suprimir abordagens de educação sobre gênero e sexualidade nas escolas. Essa conjuntura reacionária demonstra ataques nos direitos à educação, a informação e a saúde, assim como apresenta elementos que estruturam retóricas produtoras de pânico moral e medo e que podem ser observadas em nível micros sociológicos a que este estudo pretende abordar com o objetivo de aprofundar nos estudos de gênero através da perspectiva de proibição de tais estudos na comunidade escolar de Boa Vista – Roraima. A pesquisa pretende mapear as ações políticas e projetos de leis experimentados pelo Poder Legislativo local na perspectiva de “ideologia de gênero” e, ao mesmo tempo, analisar as implicações do impedimento do diálogo sobre gênero como motivação de estratégia política por apoiadores conservadores na sociedade local. Orientada pela metodologia qualitativa, utilizará de pesquisas exploratórias para aprofundamento do tema, de elaboração de conceitos e de definições fundamentadas nos estudos de gênero a luz das ciências humanas. Os resultados contribuirão para análise das interações e impasses vivenciados no atual cenário político e seus reflexos diante da defesa da democracia.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Ideologia de gênero. Infância. Direitos humanos.

Abstract: This paper will cover gender studies from the perspective of the attention of its teaching in state schools from a context marked by political actions and anti-gender rhetoric. In recent years, Brazilian society finds itself in a political-discursive scenario with conservative and reactionary groups submitting to the use of the phrase “gender ideology” for political and moral purposes against the population. This counter-offensive originates within the Catholic Church, serving as a plot for other religions, non-governmental organizations, and educational programs with the intention of barring the advancement of human rights in relation to sexual rights. From 2017 to the present, Roraima has presented legislative efforts and political actions with the intention of suppressing gender and sexuality education approaches in schools. This reactionary conjuncture demonstrates attacks on the rights to education, information, and health, as well as elements that structure rhetoric that produce moral panic and fear and that can be observed at a micro sociological level, which this study intends to address with the objective of deepening the studies of gender through the perspective of security of such studies in the school community of Boa Vista - Roraima. The research intends to map the political actions and bills experienced by the local Legislative Power in the perspective of “gender ideology” and, at the same time, analyze the provisions of the impediment of the dialogue on gender as motivated by strategic policy by conservative supporters in the local society. Guided by qualitative methodology, it will use exploratory research to deepen the theme, elaboration of concepts and definitions based on gender

¹ E-mail para contato: douglas.verbicaro@yahoo.com.br

² E-mail para contato: alessandrilm28@hotmail.com





studies in the light of human sciences. The results will contribute to the analysis of emotions and impasses experienced in the current political scenario and their consequences in the defense of democracy.

Keywords: Gender studies. gender ideology. Infancy. Human rights.

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto político e cultural vem à tona o tema “ideologia de gênero” com narrativa moralizante sobre a infância, principalmente, aos currículos escolares com ataque aos estudos de gênero. Em meio a tantas retóricas conservadoras e discriminatórias, a sociedade convive com discursos sem embasamento científico que proferem medo e pânico moral. Mais ainda, com a inversão da interpretação da conquista dos direitos humanos como um perigo social, uma ameaça à manutenção das famílias ou convivência comunitária.

De acordo com Scott (1986), os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história. Para (REIS, EGGERT, 2017) a realidade do Brasil representa indispensável à promoção da educação em prol da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual quando se consideram as estatísticas sobre violências e discriminações baseadas em gênero, orientação sexual ou identidade de gênero. Em 2021, o Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil informou que durante o período de 2017 e 2020 foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos. Estes dados significam um quadro grave de violações à infância com taxas elevadas anos após anos.

No referido panorama, a grande maioria das vítimas de violência sexual é menina, quase 80% do total. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas. O relatório informa também que entre 2016 a 2020, de 0 a 9 anos, foram 1070 vítimas de mortes violentas intencionais. Em 2020, os dados demonstraram que as piores taxas foram encontradas em Roraima (2,02), Rio Grande do Norte (1,98), Mato Grosso do Sul (1,48), e Rondônia (1,47).

O relatório do Panorama Violência Letal (2021), enfatiza que entre aqueles que forneceram a informação sobre o local em que ocorreu o crime, 39% indicam a residência como o espaço que vitimaram as crianças de 0 a 9 anos. Assim, o perfil das vítimas apresenta fortes indícios de que a principal causa das mortes de crianças mais novas é a violência doméstica.





Entretanto, o que se constata em nível nacional como reação comum dos defensores dos direitos das crianças ou empreendedores morais é a construção do pânico moral em torno do envolvimento do ensino de estudos de gênero na grade curricular como grande ameaça a vida das crianças (BALIEIRO, 2018).

Somam-se aos dados de violação da infância no país, o aumento do ativismo legislativo que se opõe ao direito de acesso aos estudos de gênero nas atividades curriculares. De acordo com o relatório do Human Rights Watch intitulado “Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil, desde 2014, mais de 200 propostas legislativas tentam proibir a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. O Relatório do aponta ainda que embora as leis e as políticas públicas brasileiras exijam o ensino da Educação Integral da Sexualidade (EIS), em nível federal quanto estadual, a maioria das ações do legislativo e de grupos conservadores tenta proibir especificamente os conceitos “gênero” e “orientação sexual” em todas as áreas da educação, inclusive no que se refere aos direitos de meninas, mulheres e pessoas (LGBTQIAPN+).

Essa controvérsia também se faz presente em Roraima, principalmente na atividade política da capital Boa Vista. Mais especificamente, com os projetos de leis que desde 2017 se confrontam com o conceito “gênero” ou com as lutas do movimento feminista e LGBTQIAPN+. A oposição se justifica claramente nas propostas com objetivos de preservar e defender a família tradicional, não cabendo à escola doutrinar as crianças. Entretanto, pouca atenção se dá às temáticas relativas ao combate de desigualdades de gênero e violência sexual nas escolas municipais que envolvem a necessidade do diálogo sobre gênero nas escolas. De acordo com SARMENTO (2000, p. 152), as crianças não recebem apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que nela produzem, a partir de suas práticas.

Roraima é um Estado marcado historicamente por altos índices de violência doméstica maus tratos a crianças, pais ausentes no registro civil e um dos estados mais perigosos proporcionalmente para a população LGBTQIAPN+. São os estudos de gênero que promovem à compreensão e a reflexão de certos indivíduos e atuações em posições de poder, sendo a escola um dos principais locais onde esse diálogo deva acontecer. Porém, nem sempre são respeitados os princípios da laicidade no campo político. Muitas vezes, discursos e projetos políticos se alinham a valores religiosos para ganhar apoio de setores da população no alcance de votos. Segundo Junqueira (2018), o sintagma ideologia de gênero emergiu, adquiriu centralidade em





um projeto de poder que busca reafirmar o estatuto de autoridade moral das instituições religiosas e salvaguardar sua influência sociopolítica.

A identificação de um inimigo comum concentra as forças que antes se encontravam dispersas e caóticas. (ROCHA, 2021, p. 308). Esta dinâmica pode ser observada nas últimas campanhas políticas em Roraima, especialmente a partir de 2017, com a aprovação do ex-presidente Jair Bolsonaro no comando do país em 2018, que ao tomar posse no dia 1 de janeiro de 2019, discursou que iria proteger as famílias contra a “ideologia de gênero”³. Justamente, a partir da aliança e aproximação de políticos roraimenses com a agenda conservadora do ex-presidente é que coincide a emergência de projetos de leis de cunho religioso e moralizante, de estratégias político-discursivas nas campanhas de candidatos utilizando a retórica reacionária antigênero para angariar votos e aproximação ao debate público através da promoção de pânico moral.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os estudos de gênero são a disciplina utilizada para se compreender e debater sobre ao longo da história o processo de reprodução das desigualdades entre homens e mulheres. Chizzotti (2000) define a pesquisa como uma investigação do mundo e para essa atividade o investigador recorre à observação e a reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta. A pesquisa sobre um problema determinado depende das fontes de informações e elas podem provir de observações, de reflexões pessoais, de pessoas que adquiriram experiências pelo estudo, do acervo de conhecimentos reunidos em bibliotecas, centro de documentação bibliográfica ou qualquer registro que contenha dados.

A pesquisa possuirá um perfil descritivo no qual se utilizará o levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e documental por uma abordagem qualitativa. Neste contexto, segundo Chizzotti (2000), algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente nas etapas em que dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares. Inicialmente será utilizada como critério metodológico, a revisão bibliográfica para identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, selecionando os

³“Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”, afirmou Bolsonaro em seu discurso de posse no Congresso, reforçando valores conservadores que foram centrais para a sua eleição. Discurso disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46730648>. Acesso em 27/06/2023.





materiais que interessam à pesquisa, para logo após, analisar e interpretar a bibliografia em questão. Toda pesquisa acadêmica, requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica (Gil, 2018)

Com esse primeiro esboço da pesquisa será possível identificar alguma limitação ou desafio dentro da área estudada para que assim, possa ser hábil a elaboração de uma proposta para lidar com o desafio identificado. Assim, o delineamento da pesquisa expressa tanto a ideia de modelo quanto a de plano (Gil, 2018).

Neste contexto, se buscara realizar a pesquisa com a escolha de documentos oficiais que tratem de ações e discursos políticos para comprovar os fatos. Assim, será feita uma busca no Portal da Câmara Municipal utilizando a palavra-chave “gênero” para acessar os documentos que envolvem medidas em alusão à “ideologia de gênero” ou conceito de gênero. Ademais, elaborar essa sistematização e apresentar as informações através da abordagem qualitativa que será aplicada para descrevê-los, conforme a lição de Chizzotti (2000), de que os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação.

Ao final será feito o trabalho de organização dos dados coletados para a elaboração de um percurso histórico das ações e discussões em torno do sintagma “ideologia de gênero”. A análise dos dados fornecerá informações sobre a situação do início do debate até ao presente momento em torno da proibição dos estudos de gênero nas escolas de Boa Vista- RR e a percepção que eles têm sobre esse tema.

3 DELIMITAÇÃO EXPLICATIVAS DO TEMA

Através de um breve estudo conceitual, análise de dados e entrevistas, pretende-se abordar a dinâmica da retórica sobre a perspectiva de gênero em Boa Vista- Roraima, por meio da comunidade escolar, num aspecto microssociológico (SIMMEL, 2006) a ser observado nos projeto de lei do município e outras ações no campo político que envolva o tema. As reações conservadoras e as tentativas descredibilizar ou criminalizar a Educação sobre gênero serão analisadas na perspectiva das crianças estudantes do Ensino Básico.

Em outras palavras, no amplo contexto que se observa na literatura acerca da contribuição dos estudos de gênero em termos de avanço de direitos humanos, de dignidade humana e de respeito à liberdade de reflexão dentro das salas de aulas. Essa pesquisa tem como recorte temático a identificação e caracterização das retóricas que estruturam a construção do medo e pânico moral sobre o debate de gênero no município de Boa Vista. Tem-se, então, o





período de 2017 a 2023, como espaço amostral desse estudo, que visará demonstrar as ações políticas que tornaram a deturpação de uma área de estudos chamada estudos de gênero.

Nesta perspectiva, se buscará identificar analisar as implicações do impedimento do diálogo sobre gênero como motivação de estratégica por apoiadores conservadores na sociedade local, assim como o usufruto de uma narrativa como ação política para a conquista de eleitorado pelos candidatos, entendendo que diversas vertentes religiosas encontraram na “ideologia de gênero” um poderoso mobilizador de medo (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Diante de diversos contextos nacionais nos últimos anos sobre o debate da perspectiva de gênero nas escolas, cresceu o número de propostas legislativas para proibir a educação sobre gênero com contrargumento de “Doutrinação” ou “Ideologia de gênero”. Isso vem causando reações de medo e pânico moral no imaginário da sociedade roraimense. Logo, um dos desafios desse trabalho é investigar as possíveis ações e políticas experimentadas pelo Poder Legislativo local na perspectiva de ideologia de gênero contra os estudos de gênero. Acredita-se que essa análise poderá vir a contribuir para a compreensão sobre o histórico de políticas conservadores do estado de Roraima, sendo este um dos inúmeros desafios as liberdades constitucionais.

O problema central desta pesquisa é justamente saber os elementos que definem o medo e o pânico moral presentes nos processos de combate a ideologia de gênero na comunidade escolar de Boa Vista. Para isso serão pesquisadas as retóricas que constituem as ações de grupos conservadores e reacionários como esforço para proibir a educação sobre gênero. Ao mesmo tempo, a pesquisa buscará entender se é possível compreender ou reinterpretar a ascensões de grupos que se utilizam dessa retórica como estratégia política para manutenção a uma base eleitoral no estado.

Ao observar as narrativas no contexto político que se sobrepõem a programas educacionais, se buscará entender o que essas tentativas de proibição ou criminalização têm relação com o avanço de emancipações femininas, de direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos humanos em geral.

4 DE ONDE VEM O MEDO DE FALAR DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE BOA VISTA?

Para EAGLETON (1997) “ideologia é mais uma questão de discurso que de linguagem”. O autor assegura que:





Isto diz respeito aos usos efetivos da linguagem entre determinados sujeitos humanos para a produção de efeitos específicos. Não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo, assim como não se pode decidir, da mesma maneira, se um fragmento de escrita é uma obra de arte literária. A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento. Não se trata de negar a existência de “idiomas” ideológicos específicos: a linguagem do fascismo, por exemplo. O fascismo tende a ter seu próprio léxico característico (Lebensraum, sacrifício, sangue e pátria), mas o que há de mais ideológico quanto a esses termos são os interesses de poder a que eles servem e os efeitos políticos que geram. O fato então é que o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social. (EAGLETON, 1997, p. 22).

Os estudos de gênero são uma categoria de análise (SCOTT, 1900) e mobilizam reações de movimentos contrários e alinhados com análises morais e valores religiosos. É possível traçar, inicialmente, o surgimento do termo “ideologia de gênero” como uso pela Igreja Católica como um poderoso mobilizador do medo (CARLOS, MAFFIOLETTI, 2023).

De acordo com Dip (2019, p. 19) “proibir o debate nesse sentido nas escolas, tornou-se uma das maiores bandeiras da bancada evangélica, com parlamentares realizando verdadeiras Cruzadas pelo país”, especialmente em contextos conservadores como o que ocorre atualmente em Boa Vista capital roraimense. A referida autora aponta para a aproximação entre uma direita orgulhosa de si e a Igreja Evangélica, unidas pelo medo de um inimigo que vem para “destruir a família tradicional”, os valores cristãos e status quo. Segato (2022) afirma que:

As marchas pela família, a tergiversação da construção da categoria analítica “gênero” como uma “ideologia”, que a agenda cristã ultraconservadora, tanto católica quanto evangélica, está colocando hoje mancomunadamente para circular entre nós, não são movimentos espontâneos da sociedade (SEGATO, 2022, p. 42).

Junqueira (2018) explica que essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”. Reconhecer que a ofensiva antigênero busca fortalecer visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários é também uma forma de dificultar a adoção da equidade de gênero e reconhecimento dos direitos sexuais como Direitos Humanos.

Segundo Segato (2022, p. 42), “não é possível comparar o discurso fundamentalista que defende ativamente a preservação da matriz patriarcal com o discurso e as ações do movimento das mulheres”. Para a autora, esses últimos são o resultado no presente de um longo





processo de construção, de uma postura que se alimenta de mais de sessenta anos de produção de pensamento com grande densidade teórica e diálogos com as sociedades de todo o mundo.

O propósito é promover a rejeição aos estudos de gênero, atribuindo um caráter ideológico, radical e contrário a suposta origem biológica da diferença sexual. O sintagma neológico “teoria de gênero” não corresponde ao que academicamente se constituiu e se consagrou, a partir dos anos 1980, como o campo dos estudos de gênero e afins, e nem tampouco leva em conta a sua pluralidade e complexidade (JUNQUEIRA, 2018).

Sobre a emergência da guerra cultural e retórica do ódio (ROCHA, 2021) observa-se a utilização da “ideologia de gênero” no campo político através de um discurso mobilizado principalmente, por grupos de direitas em torno da temática da moralidade, dos costumes e das práticas sexuais (ARAGUSUKU, 2020). Segundo o autor, o sintagma possibilitou a construção de uma ameaça em comum, unificando antagonismos e construindo alianças anteriormente inexistentes.

Além deste debate teórico, se buscará aprofundar outras temáticas relacionadas ao tema das retóricas e vertentes que desacreditam a Educação sobre gênero e sexualidade nas escolas que permitirá ampliar as observações a cerca do objeto da pesquisa. Em Balieiro (2018), se tem análises das abordagens sobre a construção do pânico moral da “ameaça as crianças” em episódios existentes em contexto nacional. Hooks (2021), outro referencial importante nos estudos de gênero com perspectiva feminista, crítica e decolonial explica que se devem educar os estudantes para a prática da liberdade, e não para sustentar as estruturas de dominação existentes. Essa perspectiva aponta para o principal papel da escola em problematizar as relações de poder ao contemplar em seu ambiente com diferentes identidades, sendo o gênero uma categoria por onde o poder existe (SCOTT, 1900).

Segato (2022) entende que o capitalismo necessita da ordem patriarcal por isso demonstra tantos ataques fundamentalistas. Para a autora a ordem patriarcal é a razão para a ordem desigual. Nesta mesma linha, se utilizara de Engels (1884) para explicar sobre a reversão da ordem matrilinear e suas relações com fundação da propriedade privada, Estado e família monogâmica.

No que concerne as demais discussões como a análise da estrutura familiar, papéis familiares, processos de socialização nos grupos familiares e nas escolas constitui como início da análise a contribuição de (ARIÈS, 2022) com a história social da criança e da família.

Do ponto de vista acadêmico, a presente pesquisa apresenta relevância para os estudos de gênero dada à relevância do conceito gênero como uma categoria útil de análise (SCOTT, 135





1986) na academia que ganhou importância a partir de 1970, principalmente no Brasil, em uma época em que ocorreram grandes mudanças culturais e contribuições na compreensão dos processos de desigualdade entre homens e mulheres.

Concomitante a isso, alguns movimentos começam a se articular, principalmente, a reorganização da direita brasileira a partir de meados da década de 1980. Movimento que, na década de 2010, foi associado com incomum êxito a onda conservadores, especialmente no tocante a temas relacionados à educação sexual (ROCHA, 2021).

Assim, desde 2014, segundo Relatório da Human Rights Watch de 2022, legisladores brasileiros de âmbito nacional, estadual e municipal, apresentaram mais de 200 propostas legislativas para proibir a “doutrinação” ou “ideologia de gênero” nas escolas.

Quanto à dimensão social, em Roraima, especificamente, em Boa Vista, devido aos movimentos legislativos feitos a partir de 2017 através de projetos de leis que proíbem na grade curricular atividades que reproduzam o conceito de gênero. Ao tratar de discursos políticos que descredita a educação sobre gênero, sobrepomos a existência de uma lei federal de educação, além de afrontar as liberdades constitucionais.

No contexto descrito acima, a escola, com papel imprescindível na sociedade para democratizar o acesso ao conhecimento e problematizar as relações de poder, se mostra como o local de escolha por tais grupos e vertentes reacionárias para delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Por isso, esta pesquisa se justifica pelo fato da tentativa de proibição e de criminalização provocar pânico moral e medo no imaginário da sociedade, distraindo dos importantes desafios educacionais, além de deslegitimar a conquista de direitos femininos e avanços sociais que oferecem o direito de viver de modo digno.

Roraima é um estado com altas estatísticas sobre violência e discriminação de gênero, violência sexual contra crianças, violência baseada em orientação sexual e abandono de registro paterno. Compreender as causas e consequências dessas violações na sociedade implica a necessidade em aprofundar os conhecimentos sobre gênero e porque das tentativas de proibir o debate desses estudos em um estado considerado conservador.

Este trabalho nasce da inquietação frente aos avanços retóricos de grupos conservadores em Roraima na tentativa de impedir a educação sobre gênero e sexualidade, revelando a presença de argumentos morais e religiosos em defesa de um tradicionalismo. Visto que essa dinâmica discursiva em torno do termo gênero iniciou-se no Brasil por meio de movimento





político Escola sem Partido, visando amedrontar a sociedade com “perigos sociais” efetuados dentro da sala de aula por professores doutrinários.

Esta proposta de aprofundamento surge de pesquisas individuais e descoberta da existência da Lei Municipal nº 2.263 de 14 de Abril de 2022, que proíbe na Grade Curricular das escolas do município de Boa Vista as atividades pedagógicas que visem a reprodução do conceito de gênero, e que vem contribuindo para discussões públicas reacionárias as transformações a partir da luta dos direitos das mulheres, movimento feminista e LGBTs no estado.

Os estudos de gênero (gender studies) em nível internacional são marcados pela guerra cultural (ROCHA, 2021) e pelo “perigo social” que representariam como “ideologia” (EAGLETON, 1997) que se fazem notar no cenário político brasileiro marcado por discursos políticos e ações políticas que desacreditam a educação sobre gênero e sexualidade.

Dados do relatório do Human Rights Watch (2022) apontaram pelo o menos 21 leis que proíbem direta ou indiretamente a educação sobre gênero e sexualidade e que continuam em vigor no Brasil (uma estadual e vinte municipais). Boa Vista, a partir de 2017, apresentou 5 (cinco) propostas que tem na ementa o conceito gênero e figura entre os estados com maior público conservador e de eleitorado de Bolsonaro (colocar no rodapé). No Brasil, essa reação tem características próprias, sendo a aproximação entre uma direita orgulhosa de si e a Igreja Evangélica (DIP, 2019), o que representa também reação às práticas educacionais que seus defensores definem como “doutrinação política e ideológica na sala de aula” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017). Conforme o autor se lê em (2017, p. 742):

Evidências históricas de que a luta contra o que denominam de “ideologia de gênero” emerge como reação católica a disseminação da agenda feminista por igualdade a partir da Conferência de Beijing (1995), mas ganha força no contexto latino-americano, em especial sul-americano, no início desse milênio, quando chegam a Presidência partidos de esquerda e, a partir de 2006, algumas mulheres tornam-se presidentes.

A maioria dos projetos de lei no Brasil que visam restringir a educação sobre gênero e sexualidade foi lançada em nível municipal. A Human Rights Watch revisou 169 projetos de lei apresentados entre 2014 e 2022 nos legislativos municipais de 23 dos 26 estados federados brasileiros. Assim como os projetos de lei em nível federal e estadual, eles seguem um padrão semelhante: projetos de lei que proíbem diretamente a educação sobre gênero e sexualidade e projetos de lei que se focam na chamada “doutrinação”.





Esses andamentos revelam que o Brasil se encontra profundamente marcado pela retórica de diversos grupos de interesse conservadores, que tem sido incisivo a disseminar expressões de forma vaga, mentiras, situações faltas e usos de sintagmas como a “ideologia de gênero”. Porém, especialmente na América Latina, onde a expressão surgiu, os protagonistas destas disseminações e captação de apoio popular para aprovação de projetos autoritários foram às igrejas protestantes (CARLOS, MAFIOLETTI, 2023). No Brasil, a “ideologia de gênero” desempenhou papel central nas eleições de 2018 (ROCHA, 2021). Ao falar sobre a demagogia da retórica dos dirigentes políticos, o autor afirma que:

[...] existe atualmente um impasse entre posições políticas antagônicas sobre o funcionamento das instituições democráticas, decorrente das mudanças estruturais dos últimos vinte anos, de conflitos entre diferentes grupos sociais e de uma recente polarização da sociedade brasileira. A “ideologia de gênero” representa um destes focos de antagonismos, tratando diretamente sobre as políticas sexuais – uma temática ainda produtora de medos, inquietações e pânicos morais (ARAGUSUKU, 2020, p. 126).

Desta forma, as tentativas de criminalizar ou reverter a conquista de direitos humanos têm sido produzidas, em larga escala, pela guerra cultural e a retórica do ódio (ROCHA, 2021) que reproduz medo e pânico, sejam nas escolas ou na sociedade como um todo. Entretanto, são os frequentadores da comunidade escolar os mais afetados por essa proibição. A tentativa de criminalização dos estudos de gênero colabora para a não compreensão da sociedade sobre a reflexão que tais estudos são uma área que contribui no entendimento para a superação de desigualdades de gênero, de violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, de supressão dos direitos fundamentais e principalmente, do interesse de grupos que buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), tem contestado e considerado inconstitucionais tais tentativas, destaca o registro desde abril de 2020, de 7 (sete) leis municipais e 1 (uma) lei estadual. Entre os casos que chegaram ao STF, nenhuma das leis que proibiam a educação sobre gênero e sexualidade ou “doutrinação” foi mantida. Quatro contestações legais as leis semelhantes permaneciam aguardando julgamento no Supremo Tribunal em fevereiro de 2022. (citar no rodapé a referencia)

Desde o ano de 2017, o estado de Roraima vem apresentando um maior movimento por políticas que reproduzem a perspectiva de gênero como um perigo as crianças e a família. Observa-se que essa movimentação antigênero influência na luta de promover a equidade de gênero e avanços sociais conquistados, principalmente, pelo movimento feminista. Para Scott





(1986), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeiro de significar as relações de poder:

Um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecer-lo. Tal “mistificação”, como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais. [...] (EAGLETON, 1997, p. 19).

Todos os projetos de leis apresentados em esfera municipal em Boa Vista foram escritos por homens, possuem alguma referência religiosa ou citação moralista e se alinham a ações políticas, jurídicas e midiáticas de âmbito nacional instalando nas discussões públicas os “perigos sociais” que representam essa “ideologia” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017). Além disso, internacionalmente, muitos referenciais similares estiveram presentes em políticas antigênero, um traço comum na ascensão transnacional da direita na última década (ROCHA, 2021). Segundo o autor:

A torção deliberada da disciplina dos “estudos de gênero” (gender studies) numa delirante “ideologia de gênero” produziu um autêntico tsunami no cenário político brasileiro, que coincidiu com a ascensão definitiva do eleitorado evangélico, em boa medida galvanizada na defesa de uma ameaça inexistente! (ROCHA, 2021, p. 324).

Como ressalta oposição substantiva a gênero o ex-presidente Jair Bolsonaro em seu discurso de posse ao ser eleito, “... Nosso objetivo é reerguer a pátria, unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando os nossos valores”. Ao falar sobre o combate a ideologia de gênero e a escolha por uma agenda conservadora durante a sua campanha, confirmou-se como as “políticas antigênero” tiveram grande impacto na América Latina e ajudaram mesmo a decidir eleições (ROCHA, 2021).

Uma característica interessante dessa ideologia do “fim da ideologia” é sua tendência a considerar a ideologia de duas maneiras bastante contraditórias, ou seja, como se ela fosse ao mesmo tempo cegamente irracional e excessivamente racionalista. Por um lado, as ideologias são apaixonadas, retóricas, impelidas por alguma obscura fé pseudorreligiosa que o sóbrio mundo tecnocrático do capitalismo moderno felizmente superou; por outro, são áridos sistemas conceituais que buscam reconstruir a sociedade de cima para abaixo, de acordo com algum projeto inexorável (EAGLETON, 1997, p. 18).





Além do direcionamento político, a guerra pela narrativa sobre o que é gênero ou ideologia de gênero é uma distração fornecida à sociedade para não perceber a destruição de políticas alcançadas no que tange o alcance de direitos fundamentais, assim como também, e principalmente, a presença de narrativas moralizantes sobre a infância. Diversos trechos dos projetos de lei municipais de Boa Vista há a presença de argumentos de proteção contra “doutrinação” sobre as crianças para não lhes causar danos cerebrais. Ou ainda, que mudanças devem começar no universo adulto, fora das escolas.

Para Sarmento (2007), a infância é simultaneamente, uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo. Nessa ação estruturam e estabelecem padrões culturais. Apesar das diversas explicações da Sociologia da Infância sobre a compreensão da criança e seu lugar na sociedade, as escolas municipais em Boa Vista ao rejeitar a inserção dos estudos de gênero, se omitem do seu papel de problematizar as relações de poder e conferir as crianças como agentes de mudanças sociais. Segundo o autor:

As instituições desenvolvem processos de socialização vertical, isto é, de transmissão de normas, valores, ideias e crenças sociais dos adultos às gerações mais jovens. Como tal, elas são normalmente adultocentradas, correspondem a espaços de desempenho profissional adulto (professores, pediatras, psicólogos, assistentes sociais etc.), exprimem modos mais autoritários ou mais doces de dominação adulta e criam rotinas, temporizações e práticas coletivas conformadas pela e na cultura adulta (SARMENTO, 2009, p.22).

Ao tratar a categoria infância e o ambiente escolar com discursos moralizantes e ultraconservadores, formulando argumentos sem fundamentos científicos, a sociedade determina a escola como reprodutora das desigualdades. A imagem dominante de infância é representada como destinatário do trabalho dos adultos e remete as crianças para um estatuto pré-social, sendo invisíveis porque não são consideradas como seres sociais de pleno direito (SARMENTO, 2000).

Segundo dados da 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que 61,3% das vítimas de estupro no Brasil têm até 13 anos de idade e que os principais autores da violência são familiares (64,4% dos casos). Esse quadro aponta para a permanência de uma cultura de dominação, dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos (HOOKS, 2021). Segundo a autora, 2021 p. 133, “o fato de que a dominação masculina no lar frequentemente cria uma autocracia em que homens abusam sexualmente de crianças”.





Segato (2022) assegura que o patriarcado é uma ordem política, a ordem política mais arcaica, que se apresenta mascarada sob um discurso moral e religioso. Logo, as famílias e as classes reuniam indivíduos que se aproximavam por sua semelhança moral e pela identidade de seu gênero de vida (ARIÈS, 2022). Ainda segundo o autor sobre essa necessidade de intimidade e de identidade:

Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originalmente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes a pressão exterior (ARIÈS, 2022, p. 351).

Com esse contexto múltiplo, importantes serão os estudos sobre o tema proposto no presente artigo, com o objetivo de gerar uma discussão social na sociedade brasileira, em especial no ambiente acadêmico e regional de Roraima.

5 CONSIDERAÇÕES

Nesse sentido, essa manifestação de intolerância a diversidade, assim como, a busca por frear as demandas de emancipação feminina e de expansão dos direitos humanos se explicam pelo desejo da manutenção a uma concepção de tradições patriarcais na família. “nos dias de hoje, o homem, na grande maioria dos casos, deve ser o suporte da família e alimentá-la, pelo menos nas classes detentoras; e isso lhe fornece uma autoridade soberana que nenhum privilégio jurídico precisa defender” (ENGELS, 1974 [1884], p 82).

Portanto, o processo de ensino que perpassa pela escola assim como pela família na vida de crianças não pode se omitir do papel de debater e problematizar estudos que contribuiriam para a construção de uma consciência crítica, sem a socialização para aderir ao pensamento patriarcal. Isso pressupõe inúmeros fatores que influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças no âmbito escolar caracterizado pela educação sobre gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. **O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais.** Revista de





Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Volume 8, Número 1, São Paulo, 2020, 106-130.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família** / Philippe Ariès; tradução Dora Flaksman. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: LCT, 2022.

BALIEIRO, F. de F. “**Não se meta com meus filhos**”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Cardenos pagu (53), 2018.

CARLOS, P. P. de. MAFIOLETTI, G. F. A Genealogia da “Ideologia de gênero” Revista Paradigma, Ribeirão Preto-SP, a. XXVII, v. 31, n. 3, p. 81-107, set/dez 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais/** Antonio Chizzotti. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000. – Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16)

DIP, A. Em nome de quem? **a bancada evangélica e seu projeto de poder/**Andrea Dip. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

EAGLETON, T. **Ideologia.** Uma introdução/Terry Eagleton; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado:** em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan / Friedrich Engels; tradução Nélio Schneider. – 1. Ed. – São Paula: Boitempo, 2019.

GIL, A. C., 1946 - Como **elaborar projetos de pesquisa/** Antonio Carlos Gil. - 6. ed. – [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2018.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / Bell Hooks; tradução Bhuvli Libanio. – 15ª ed. – Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”:** a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política. Vol. 18. N, ° 43. Pp. 449-502 set. – Dez. 2018.

MISKOLCI, R. CAMPANA, M. “**Ideologia de gênero**”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3. Setembro/Dezembro 2017.

REIS, T. EGGERT, E. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.** Educ. Soc., Campinas, v.38, n°. 138, p.9-26, jan-mar., 2017.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político** / Joao Cezar de Castro Rocha; posfácio de Cláudio Ribeiro. – 1. ed. – Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.





SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias. **Cadernos do Noroeste**, Porto, vol. 13. 2000. P. 145-164.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e Estudo da Infância. In: VASCONCELOS, V. M. **Infância (In) visível**. Araquara: Junqueira e Marin, 2007.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16, jul./dez. 1990. 71-99.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

